

Capítulo 19

Diversidade Sociocultural

Tradição e sustentabilidade na comunidade Julião: um olhar sobre a dimensão econômica e cultural da conservação

¹Amanda Cristina Costa PRADO
e-mail: amandacprado@gmail.com

²Hildeberto Caldas de SOUSA
e-mail: hcdsousa@iceb.ufop.br

¹Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

² Departamento de Biologia, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Resumo: O caminho para compatibilizar a saúde ambiental, a vitalidade da economia local e a coesão sócio política e cultural das comunidades humanas inicia-se com a análise das discordâncias entre objetivos sociais e econômicos, tendo o meio ambiente como recurso estratégico. Em comunidades tradicionais residentes em Unidades de Conservação, o estudo desta dinâmica constitui-se como uma ferramenta de conservação ambiental à medida que os resultados apontarão possíveis intervenções a serem priorizadas para a otimização do plano de manejo dessas áreas. Não obstante, o estudo da lógica de organização produtiva envolvida nesse universo é útil para reconhecer os modos de vida das populações tradicionais, a fim de compreender e reorientar o ciclo recíproco da relação sociedade-cultura-natureza com base na quebra dos paradigmas econômicos atuais. Neste artigo, analisamos algumas características sócioeconômicas da comunidade Julião, na Reserva de Desenvolvimento do Tupé (Manaus-AM). Os dados foram coletados por meio da aplicação de

questionários semi-estruturados desenvolvidos pela equipe do projeto IQSA-Índice de Qualidade Sócio Ambiental, do qual esta pesquisa faz parte. A análise dos resultados apresenta situações de conflito ou potencialmente delicadas, bem como aponta tópicos a serem priorizados em intervenções direcionadas. Há evidências de que os modos de vida tradicionais, ligados à agricultura e pesca, estão sendo favorecidos pela intensificação dos processos de interação social.

Palavras-chave: plano de manejo, relações sociais, comunidades tradicionais.

Introdução

Desde sua origem a humanidade conceitua e interpreta a natureza de acordo com sua realidade cultural e a utiliza de acordo com suas necessidades de subsistência. Assim, as formas de organização produtiva em sociedades humanas são motivadas pelas aptidões culturais e modeladas para o aproveitamento dos recursos disponíveis, pois, segundo Odum (1987), a economia é o sistema total de recursos e energia de uma cultura. Conseqüentemente, o status de conservação ambiental de uma determinada área é reflexo do modo de apropriação do meio ambiente pelos cidadãos residentes, somado à eficiência dos processos produtivos adotados pelos mesmos. Vemos, portanto, que dentro do paradigma da qualidade de vida humana, as variáveis meio ambiente, cultura e economia são mutuamente influentes.

No contexto da modernidade, o descompasso entre a lógica do capital e a preservação ambiental é menos conspícuo em comunidades que permaneceram em relativo isolamento

durante o processo de desenvolvimento urbano. Tais sistemas humanos preservaram seus menores pedaços de informação cultural, permeados por arranjos e extensas teias de relações de parentesco, compadrio, ajuda mútua, normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intra-grupal (Diegues, 2001; Marques, 2001). Estas são denominadas comunidades tradicionais, e embora haja alguma controvérsia sobre o termo, a Comissão Nacional das Comunidades Tradicionais, os define como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/07; Art. 3: I)



O território dessas populações muitas vezes sobrepõe-se aos últimos remanescentes de mata da atualidade, espaços de importância crescente, por deterem grande parte da biodiversidade mundial, circunscritos em Unidades de Conservação (UC). No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) admite que a gestão da biodiversidade constitui-se não somente na conservação da diversidade biológica, mas também na valorização da cultura local e dos saberes populares, bem como nas formas regionais de relação com os diferentes ecossistemas. Com o intuito de contemplar ambos objetivos, a criação das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) constituem o esforço máximo de aliar conhecimento tradicional e científico. O modelo RDS está fundamentado na permanência e participação das populações locais atuando concomitantemente com instituições de pesquisa, a fim de criar as condições necessárias para a consolidação de normas de manejo, política e socialmente aceitas, baseadas nas premissas de conservação da biodiversidade (Queiroz, 2005).

Exaltar as peculiaridades das comunidades tradicionais não significa excluí-los da inserção no progresso da sociedade, mas constitui um esforço para compreender e estimular a proliferação de um desenvolvimento híbrido, formado por cultura e natureza (Creado *et al.*, 2008; Latour, 2000). O estudo e a valorização do conhecimento

tradicional associado à biodiversidade, por exemplo, pode ser a chave de acesso a uma infinidade de conhecimentos valiosos para o futuro da humanidade, dentro de uma perspectiva sustentável. Destacam-se as atividades de bioprospecção e pesquisas relacionadas à etnociências¹, que aliam fatores culturais e ambientais para identificar e caracterizar a diversidade biológica, as concepções das comunidades sobre os recursos e a forma de aproveitamento que se faz deles (Marques, 2001). As UC's têm servido como verdadeiros laboratórios de pesquisa aplicada, de forma que alterações na dinâmica diária da comunidade após a criação da UC são inevitáveis.

O SNUC ainda é frágil no que diz respeito à efetividade de suas ferramentas de participação e articulação social, de forma que as dinâmicas social, econômica e demográfica não consideradas podem vir a prejudicar o sucesso das áreas protegidas no longo prazo (D'Antona, 2000). Neste aspecto, é relevante ressaltar que a tradicionalidade de uma cultura não é estática, mas sofre adaptações no decorrer de sua história, que podem ser induzidas ou retraídas conforme as condições para a reprodução e os diversos focos de interpretação da cultura para determinada sociedade (Narezzi & Marques, 2009). Geralmente, as

¹ Campo de pesquisa (científica) transdisciplinar que estuda os conhecimentos e comportamentos que intermediam as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos daí decorrentes. (Marques, 2001).

normas de uso previstas no plano de manejo das UC's impõem mudanças para o uso da terra, no dia a dia dos moradores, interferindo de forma fatídica nas relações econômicas e sociais destas comunidades pois, estas foram estabelecidas com base em uma forte dependência do uso de recursos naturais renováveis (Diegues, 2001).

Para investigar esta temática, estudos sócioeconômicos e de caracterização demográfica são importantes pois estes parâmetros são indicadores para o monitoramento socioambiental. Os indicadores são informações qualitativas e quantitativas, usadas nos processos decisórios em todos os níveis da sociedade (Andrade, 2007). A análise conjunta destes pressupostos possibilita a identificação de situações de risco que podem ser tomadas como ponto de partida para futuras intervenções direcionadas. Nota-se que variáveis e indicadores, instrumentalizam esses cenários e só podem ser identificados se considerarmos os sujeitos históricos envolvidos no processo e relacioná-los com as variáveis: tempo e espaço e o lugar ocupado (Palmeira, 2009).

Neste âmbito, admitindo que as UC's são uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade na atualidade, e reconhecendo que as comunidades residentes nestes espaços têm o direito, reconhecido constitucionalmente, de se reproduzirem cultural e economicamente, e ainda que os paradoxos existentes nestas

duas esferas sejam dependentes e intercomunicantes, buscamos analisar os conflitos sócioambientais na comunidade Julião na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Manas-AM).

Metodologia

Área de estudo

A comunidade do Julião situa-se às margens dos igarapés do Farias e Julião, este último, afluente da margem direita do Tarumã Mirim (Fig. 1).

A região foi habitada por índios da tribo Barés. Com a chegada dos colonizadores, os índios foram abandonando suas terras e a região foi tornando-se desabitada (Oliveira, 2009). O povoamento recente foi realizado por ribeirinhos, etnias remanejadas, migrantes de vários povos originários do Alto rio Negro e outros recantos do Brasil (Vide, Andrade, neste volume). A comunidade do Julião originou-se da ocupação de uma propriedade particular, onde, em 1963, havia um seringal, na área que englobava o Tarumã-Mirim (Santos-Silva *et al.*, 2005). Mas só foi oficialmente fundada no ano de 1992 (Souza, 2010), e recebeu esse nome por causa do seu primeiro morador "Velho Julião" que juntamente com sua família, foi quem primeiro ocupou as terras onde se situa a comunidade (Nascimento *et al.*, 2007 e Natale & Scudeller, neste volume).

Hoje a comunidade Julião conta com aproximadamente 128

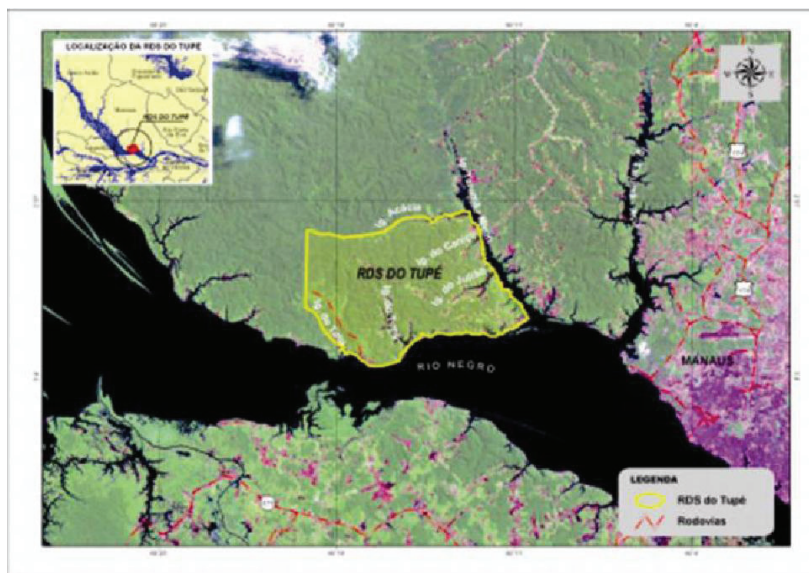


Figura 1: Mapa de localização da comunidade Julião, inserida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, próximo à Manaus-AM.

famílias, sendo que cerca de 46 vivem na vila propriamente dita, 24 estão espalhadas ao longo dos igarapés e os demais moram em Manaus e vem à comunidade somente nos finais de semana, em feriados ou para as reuniões mensais da associação de moradores (Souza, 2010). Nota-se que devido à proximidade de Manaus, o fluxo de migração para a área do Tupé envolve um *continuum* urbano-rural, de forma que a dinâmica populacional sempre foi marcada pela constante mobilidade moradores (Santo-Silva *et al.*, 2005). Estudos recentes relatam oscilações na densidade demográfica na RDS do Tupé devido à proximidade da zona urbana de Manaus, à falta de fiscalização e aos projetos de geração de renda para reserva (Oliveira, 2009).

Atualmente a comunidade abriga várias famílias de amazônidas e migrantes distribuídas de forma irregular, e que partilham de um modo de vida ligado à agricultura familiar em roças comunitárias, extrativismo de produtos florestais não madeireiros, caça e pesca de subsistência (Santos-Silva *et al.*, 2005). Os produtos resultantes dessas atividades agrícolas destinam-se ao consumo familiar e à venda do excedente, e são baseadas em utilização de insumos locais e tecnologia simples e no sistema de plantação itinerante, com ciclos envolvendo corte, queima, plantio e pousio (Emperaire & Eloy, 2008).

Na comunidade Julião também são produzidas geléias e balas de frutas da época. Em volta das

moradias, nos quintais, são cultivados árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais e condimentos, além da criação de animais. Estes quintais podem ser classificados como sistemas agroflorestais e são considerados importantes por fornecerem alimentos, sombra, área de descanso e lazer (Souza, 2010; Souza & Scudeller e Veiga & Scudeller, neste volume). Alguns moradores possuem ainda uma casa de farinha para a produção do alimento a partir da mandioca, que é alimento básico (Donatti *et al.*, neste volume).

A produtividade do domínio casa-quintal exibe um significado exclusivamente econômico, mas, sobretudo de moral e de honra, relacionados à autonomia e independência inerentes à propriedade de um pedaço de terra própria (Barros *et al.*, 2008). Além disso, as atividades realizadas nestes espaços apresentam função ecológica, pois ocasionam impactos mínimos sobre o ambiente, conservam os recursos vegetais, promovem a reciclagem de elementos naturais e permitem à população manter uma baixa dependência de produtos adquiridos externamente. E também função cultural, à medida que fortalecem os vínculos da comunidade através da utilização do espaço para atividades sociais como rezas, festas e lazer e está fundamentada no saber e cultura dos moradores locais, transmitida de pai para filho (Pasa, 2004; Souza, 2010).

A comunidade conta com uma escola de ensino fundamental, a

Escola Municipal Canaã II, três igrejas, sendo uma católica, uma adventista e uma batista, um campo de futebol e três comércios de alimentos, produtos de limpeza e higiene. Assim como em outras comunidades rurais da Amazônia, não há serviço de coleta e tratamento de esgoto, nem sistema de distribuição de água, que é feita por poço artesiano localizado na escola ou a água é coletada diretamente nos igarapés pelos moradores. Também não existe posto de saúde com assistência regular e a energia elétrica foi instalada na comunidade em 2009, sendo que muitas residências ainda não possuem o benefício. O acesso à comunidade é feito exclusivamente por via fluvial.

Na RDS do Tupé, diversas instituições de pesquisa como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil), a UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) são parceiras e desenvolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão. Dentre estes, o Projeto Biotupé atua desde 2004 na comunidade do Julião, onde possui uma casa de apoio, um Horto Comunitário e sanitário compostável (Fig. 2). A construção e manutenção dessa infraestrutura são feitas comunitariamente, utilizando princípios da agroecologia.

Coleta e tratamento de dados

A coleta dos dados foi realizada entre os dias 28 de janeiro e 01 de



Figura 2: Horto medicinal comunitário e sanitário compostável (ao fundo), na comunidade do Julião, na RDS do Tupé, Manaus, AM. Foto: William de Oliveira Silva.

fevereiro de 2010, em uma expedição de campo no âmbito do projeto "Caracterização sócio-econômica, demográfica e ambiental da população residente na RDS do Tupé (IQSA)". Foram aplicados questionários semi-estruturados em todas as residências da comunidade, excluindo-se as localizadas muito distantes do povoado, as casas de veraneio e comércios. Para os indivíduos abaixo de sete anos de idade ou ausentes no momento da visita do pesquisador, as informações foram fornecidas pelo pai, mãe ou cônjuge. Os questionários foram aplicados sempre por dois ou mais pesquisadores.

Para a confecção desta pesquisa utilizamos as seguintes variáveis: idade, gênero, instrução, ocupação principal, renda da ocupação principal. Para a análise das três últimas

excluíram-se os indivíduos abaixo de 15 anos. Com o Programa Statistical Package for Social Sciences, versão 17.0 procedeu-se a análise descritiva dos dados através da distribuição de frequências, e construção de tabelas cruzadas e gráficos.

Resultados e Discussão

Em relação à estrutura etária e de gênero, a população do Julião é formada predominantemente por indivíduos do sexo masculino (56%), jovens, sendo a mediana 25 anos (Fig. 3). Vemos a presença significativa de crianças, sendo que 25% dos moradores possui 11 anos ou menos e 50% da população têm menos de 25 anos.

A predominância das faixas etárias mais jovens é compatível

com a situação predominante na região norte, onde a alta taxa de fecundidade se deve principalmente à baixa escolaridade, falta de acesso à informação e deficiência nas políticas de planejamento familiar (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003). As razões apontadas referem-se principalmente às famílias que vivem longe dos centros urbanos, como no caso da RDS, que apesar de estar situada próximo à metrópole de Manaus, sofre pela dificuldade de acesso a serviços públicos básicos.

Embora fatores culturais possam ser importantes para justificar o grande número de crianças na região, estando a comunidade inserida em uma UC, o planejamento familiar é de importância vital para evitar um crescimento demográfico que possa vir a sobrepôr a capacidade de suporte dos ecossistemas locais. Neste caso, é determinante o acesso da população

às campanhas de educação sexual e métodos de contracepção. Uma vez constatada a abundância de crianças, jovens e adolescentes, é também recomendável atenção prioritária no que diz respeito a programas de saúde pública que deem atenção a estas faixas etárias.

A partir da faixa etária de 21 anos ocorre uma diminuição no número de moradores, o que pode ser devido à migração destes para regiões com melhor infra-estrutura educacional e com mais ofertas de emprego, pois nesta faixa etária é comum a migração de indivíduos em busca de melhores condições para se fixarem em um local. A educação aparece de maneira associada, garantindo melhores oportunidades para os mais instruídos. Segundo Santos-Silva (*ET AL.* 2005), a "ausência" de jovens na comunidade deve-se à total falta de perspectiva que a exclusão social, econômica, cultural

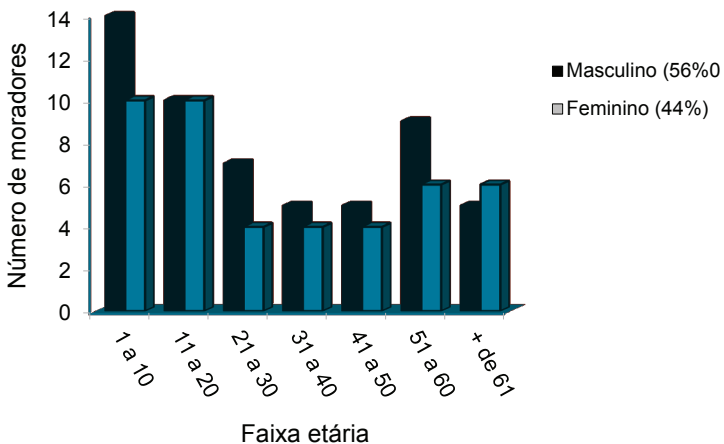


Figura 3: Distribuição de gênero e faixa etária na comunidade do Julião, na RDS Tupé, Manaus, AM.

e política impõe aqueles que vivem e produzem na RDS Tupé.

Nota-se um aumento do número de moradores a partir da faixa etária de 51 anos, de forma que 25% da população têm 51 anos ou mais. Esta situação possivelmente deve-se à migração de indivíduos que, não conseguindo se estabelecer satisfatoriamente na cidade de Manaus, mudam-se para a reserva em busca de melhores condições de vida para a si e para a família. Na reserva, além dos atrativos de beleza cênica, que motivam a especulação imobiliária e atraem pessoas com alto poder aquisitivo, para a população de baixa renda é possível realizar atividades de subsistência, possuir um pedaço de terra e usufruir de certo conforto alimentar e habitacional. A minuta do Plano de Manejo prevê medidas fiscalizadoras visando coibir a entrada de novas famílias dentro da reserva, entretanto, constatou-se que isso acaba acontecendo mesmo sem

autorização, visto que, atualmente, o órgão gestor não possui nenhum método de controle eficaz, pois não há barreiras, fiscalização ou cadastro das famílias (Oliveira, 2009).

A RDS do Tupé não apresenta disparidade em relação à expectativa de vida média da região Norte, que é de 71 anos (IPEA, 2003). Todavia, a população idosa é pequena, sendo que apenas 8% dos moradores têm acima de 65 anos. Se por um lado a deficitária assistência à saúde e a distância de Manaus impõem condições menos amenas de sobrevivência para os indivíduos em idade mais avançada, por outro, na RDS há menos poluição, trânsito e outros fatores de estresse que permitem melhor qualidade de vida.

Em relação à educação dos indivíduos acima de 15 anos (Fig. 4), a comunidade Julião é composta principalmente por indivíduos com nível fundamental de escolaridade.

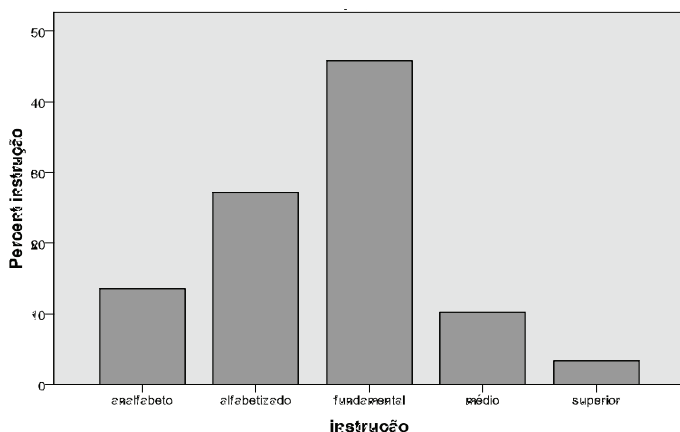


Figura 4: Nível de escolaridade dos moradores acima de 15 anos da comunidade do Julião, RDS do Tupé, Manaus.

Nota-se também que o número de moradores com pouca instrução, analfabetos e alfabetizados, supera o número de indivíduos com nível médio ou superior. A predominância de moradores com poucos anos de estudo, parece estar intimamente interligada ao fato desses indivíduos, com pouca instrução, terem poucas possibilidades de sucesso no mercado crescentemente especializado de Manaus, encontrando melhores condições de vida na RDS.

A realização de atividades de educação e formação profissional voltados para jovens e adolescentes é altamente recomendável, com vistas a proporcionar melhores condições para a permanência destes indivíduos na comunidade, ou ainda garantir por meio da educação, sua inserção no mercado de trabalho em Manaus. Neste âmbito, as entidades de pesquisa que atuam na reserva vêm contribuindo com a realização de cursos e workshops na comunidade, gerando conhecimentos e oportunidades de formação complementar. Dentre estes, destacamos o trabalho realizado com os estudantes de iniciação científica

júnior (PIBIC-Jr) da comunidade, que desenvolvem seus projetos individuais de pesquisa sendo financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Na ocasião, foi realizado a construção de um minhocário para produção de adubo orgânico que será utilizado no Horto Medicinal Comunitário.

No que tange à renda, 83,1% da população acima de 15 anos é economicamente ativa. Dentre estes, a maioria (75,5%), recebem até um salário mínimo proveniente da ocupação principal, enquanto que os restantes recebem de um a dois (Tab. 1).

A ocupação principal mais frequente envolve atividades ligadas à terra, como a agricultura e a pesca (38,7%) (Tab. 1). Os trabalhadores autônomos formam o segundo grupo ocupacional e representam 20,4% da população e incluem os dozeiros e artesãos. Estas atividades são intimamente interligadas a fatores culturais, uma vez que o conhecimento sobre as espécies e as técnicas utilizadas para a fabricação destes produtos são fruto da bagagem

Tabela 1: Ocupação principal x Renda da ocupação principal dos moradores acima de 15 anos da comunidade do Julião, na RDS do Tupé (Manaus, AM).

	Até 1 sm	01 a 02 sm	total
agricultor/piscicultor	16	3	19 (38,7%)
autônomo	8	2	10 (20,4%)
empregado	6	2	9 (18,3%)
comerciante	5	3	8 (16,3%)
funcionário público	2	1	3 (6,1%)
total	37 (75,5%)	11 (22,4%)	



sócio-cultural acumulada historicamente pelos moradores. A grande proporção de trabalhadores dedicados às atividades de exploração dos recursos naturais reitera a importância de estudos biológicos na região, visando gerar conhecimentos sobre os recursos utilizados e que promovam o manejo sustentável das espécies e dos ecossistemas. A renda da população é baixa, logo, é importante o investimento em projetos que promovam a geração de renda na comunidade, sobretudo os que visem a sobrevivência e sustentabilidade das principais atividades já realizadas pela comunidade. É relevante exaltar a potencialidade da agricultura familiar e das práticas pouco impactantes de manejo, cultivo e extrativismo para o incremento da renda dos moradores, com a finalidade de fortalecer a identidade local.

A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento (Schuch, 2007). O extrativismo e o manejo sustentável dos recursos florestais não madeiros pode prover benefícios para a população enquanto promove, simultaneamente, a conservação dos ecossistemas. No mercado atual, o valor agregado a este tipo de produção sustentável é crescente, e neste aspecto os chamados produtos da sociobiodiversidade abrangem “bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios)

gerados a partir de recursos da biodiversidade por meio da formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares” (PNPSB, 2009). O incentivo à adoção destas técnicas proporciona níveis crescentes de autonomia técnica e coesão sócio política em meio às famílias e comunidades envolvidas, revertendo o quadro de erosão cultural e desagregação das formas tradicionais de sociabilidade presentes no meio rural (Petersen *et al.*, 2007).

A prestação de serviços envolve 16,3% da população que trabalha no comércio e 18,3% dos trabalhadores da comunidade que se autodenominam empregados. Estes realizam capina para terceiros, cuidam de casas de veraneio, trabalham na recepção de visitantes ou em atividades de comércio. Apesar de haverem oportunidades de emprego que são criadas pelos próprios moradores, nota-se que este nicho ocupacional é favorecido pela intensificação do turismo ecológico na região, o que pode ser benéfico se ocorrer com planejamento e regulamentação. A proximidade de Manaus, e as inúmeras belezas do local, são fatores que atraem muitos visitantes, principalmente em feriados. A comunidade Julião possui pouca infraestrutura para recebimento de turistas, de forma que não é incomum observar turistas hospedados na casa de moradores ou sendo servidos dos

alimentos cotidianamente consumidos pelas famílias. O aproveitamento e observação de áreas naturais, com baixo impacto no meio ambiente, pode gerar uma contribuição social e econômica para a comunidade. Porém, a exploração turística dificilmente deixará de provocar impactos negativos, pois as transformações advindas deste processo não se limitam ao espaço físico ou ambiental, mas que se fazem sentir, inclusive, no meio cultural (Murta, *et al.*,2008). A conciliação entre o número de visitantes e a proteção dos recursos naturais deve ser almejada na busca de um turismo responsável e sustentável (Vera *et al.*,1997).

Apenas 6,1% dos trabalhadores são funcionários públicos, sendo a maioria professores e agentes de saúde fixados no local e que já exercem alguma liderança em encontros locais, esclarecendo dúvidas e intermediando as demandas dos moradores. Ambos, agentes de saúde e professores, são importantes multiplicadores de informações na comunidade e devem ser crescentemente capacitados e incentivados em sua atuação. As instituições de pesquisa têm contribuição expressiva para suprir esta demanda. Na comunidade Julião, destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos no âmbito do Projeto Biotupé: "Saberes e práticas locais sobre plantas de uso medicinal: promovendo a saúde, boas práticas agrícolas, resgate e valorização

da cultura", e "Água, saneamento, higiene e saúde: popularização do conhecimento científico e tecnológico". Tais iniciativas investem em intervenções de longo prazo que visam a capacitação para a autonomia dos moradores, porém o incremento do investimento público tende a trazer um benefício maior a curto para a comunidade.

Considerações Finais

À medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, as necessidades mudam e, podem, inclusive, mudar a atitude para com o ambiente, até invertê-la. Neste sentido, concordamos com as posições de Mariosa (2009), que enfatiza ser de fundamental importância conceber projetos de desenvolvimento comunitário que compreendam, considerem e reorientem os processos sociais, econômicos e ambientais explícitos nas comunidades em unidades de conservação. Deve-se enfatizar uma aprendizagem que, além de valorizar os saberes tecnocientíficos, respeite, igualmente, os saberes locais, proporcionando experiências que ampliem seus conceitos mudando valores e posturas mediante seus pares e, conseqüentemente, o ambiente onde vivem. A tônica deste processo é transformar as comunidades em gestoras de seus processos e participantes integrais da sociedade. A composição final do IQSA, será



uma ferramenta importante para otimizar este processo não somente na Comunidade Julião, na RDS do Tupé, mas em quaisquer áreas ecologicamente sensíveis que sobreponham-se ao território de comunidades tradicionais.

Ressaltamos ainda a relevância do planejamento ambiental integrado aos aspectos sócioeconômicos e culturais, por meio da análise sistemática e contínua de indicadores sócioambientais para a criação e gestão de áreas protegidas. Na comunidade Julião, há evidências de que as práticas de experimentação agroecológica desenvolvidas pelas instituições de pesquisa vêm favorecendo os modos de vida tradicionais, ligados a agricultura e pesca, promovendo a intensificação dos processos de interação social em torno desta temática. Os moradores tem em seu trabalho cotidiano não apenas um modo de produzir, mas também um modo de viver, renascendo assim uma forte relação de identidade cultural e de pertencimento. A valorização da cultura e da tradição local parece ser a chave para se preservar este sistema.

Agradecimentos

Ao CNPq por ter financiado o projeto caracterização socioeconômica, demográfica e ambiental da população residente na RDS do Tupé (IQSA). Edital 055/2008. Processo nº 575820/2008-0, no âmbito do qual foi realizado este trabalho.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A. L. M. 2007. Indicadores de sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil. *Acta Amazonica*, 37 (3): 401-412.

ARAGÃO, M.C.O.; SOUZA, R. M. 2009. Comunidades tradicionais: práticas culturais e sustentabilidade na sociedade contemporânea. 10 p. In: Anais eletrônicos do Seminário de estudos culturais, identidades e relações interétnicas. São Cristóvão, Sergipe.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 de março de 2010.

BARROS, S.; GUIMARÃES, S. T. L. & RÊGO, J. F. 2008. Tecendo o Tupé: um estudo sobre percepção e interpretação ambiental na RDS do Tupé. *Revista Geo-Sul*. 23(45): 85-104.

CREADO, E. S. J.; MENDES, A.B.V.; FERREIRA, L.C & CAMPOS, S.V. 2008. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. *Revista Ambiente & Sociedade*. 21 (2): 255-271.

- DIEGUES, A. C. S. 1998. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB/USP, 198 p.
- D'ANTONA, A. O. 2000. Questões demográficas na definição, monitoramento e planejamento de Reservas Extrativistas da Amazônia Legal Brasileira. p. 34-59. Anais eletrônicos do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Brasil, 500 Anos: mudanças e continuidades. Caxambu, Ed. Geraes Ltda, v. 1.
- EMPERAIRE, L. & ELOY, L. 2008. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro, Amazonas, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, 3(2): 95-211.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2003. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acessado em 10 de março de 2010.
- LATOURE, B. 1994. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro. Ed. 34. 152 p.
- LEFF, E. 2000. Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa, e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Coleção Sociedade e Ambiente. Ed. Furb. 5: 381 p.
- MARIOSA, D.F. 2009. Construção de um Índice de Qualidade Sócio-Ambiental na RDS do Tupé. Anais Eletrônicos do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro.
- MARQUES, J.G.W. 2001. Pescando pescadores: Ciência e Etnociência em uma perspectiva ecológica. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. NUPAUB/USP (Ed.): 13-17.
- NASCIMENTO, I; AGUIAR, J. V. S. & ELIAS, E. P. (org.). 2007. Água e Cidadania: Comunidades Rurais do Tarumã-Mirim em Manaus/Amazonas. Manaus: ACISAM v. 01, pp. 1-250.
- NAREZI, G. & MARQUES, P.E.M. 2009. Hábitos, modos de vida e a agricultura em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. 09 p. Anais eletrônicos do VI Congresso de meio ambiente da AUGM. São Carlos. v. 5.
- ODUM, H.T; ODUM, E. C.; BROWN, M. T.; LAHART, D.; BERSOK, C. & SENDZIMIR, J. 1987. Sistemas ambientais e políticas públicas. Programa de Economia Ecológica, Phelps Lab, Universidade da Florida, Gainesville. 532 p. Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/eco/index.htm>
- OLIVEIRA, E. F. 2009. Regularização Fundiária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, UFAM. 120 p.



- PASA, M. C. 2004. Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do rio Aricá-Açú, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Tese de doutorado. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 174 p.
- PALMEIRA, J. R. G. 2009. Cultura e manejo agroecológico: o reconhecer de parâmetros e limitações sustentáveis em comunidades tradicionais, o caso Colônia Central – RDS do Tupé. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. UFAM, Manaus. 250 p.
- POSEY, D. A. & BALÉE, W. (ED.). 1989. Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies. *Advances in Economic Botany*, New York: The New York Botanical Garden. v. 7., 287 p.
- PETERSEN, P.; TARDIN, J. M. & MAROCHI, F. 2002. Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região Centro-Sul do Paraná. 08 p. In: Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Rio de Janeiro: AS-PTA..
- QUEIROZ, H. L. 2005. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*. São Paulo. 19 (54): 183-203 p.
- SCHUCH, H. J. 2004. A importância da opção pela agricultura familiar. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetagr/fetagr99>>. Acesso em 17 de janeiro de 2010.
- SILVA, E. N. S.; APRILE, F. M.; SCUDELLER, V. V. & MELO, S. (org.). 2005. BIOTUPÉ. Meio físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo Rio Negro, Amazônia Central. Manaus. Instituto de Pesquisas Amazônicas_ INPA (Ed.) , 246 p.
- SOUZA, C. C. V. 2010. Etnobotânica de quintais em três comunidades ribeirinhas na Amazônia Central, Manaus-AM. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Botânica, Instituto de Pesquisas da Amazônia. INPA (Ed.), Manaus. 91p.
- VERA, J. F.; PALOMEQUE, F. L. MARCHENA, M. J & ANTON, J. 1997. Analisis territorial del turismo. *Barcelon*. Ed. Ariel. 435 p.
- VIANA, L. P. 2008. De invisíveis à protagonistas: Populações tradicionais e unidades de conservação. *Annablume* (Ed.). FAPESP, São Paulo. 340 p.